



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

Josenildo do Nascimento Silva

**A SEGURANÇA DO TRABALHO NAS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS: A
CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS CONDIÇÕES ADEQUADAS NO AMBIENTE
DE TRABALHO**

JOÃO PESSOA
2017

Josenildo do Nascimento Silva

**A SEGURANÇA DO TRABALHO NAS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS: A
CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS CONDIÇÕES ADEQUADAS NO AMBIENTE
DE TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba como requisito final para obtenção do grau de bacharel.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Rosa Zuleide de Lima Brito

JOÃO PESSOA
2017

**A SEGURANÇA DO TRABALHO NAS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS: A
CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS CONDIÇÕES ADEQUADAS NO AMBIENTE
DE TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Arquivologia do Centro de
Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal da Paraíba
como requisito final para obtenção
do grau de bacharel.

Aprovado em 16 / 06 / 2017

BANCA EXAMINADORA

Rosa Zuleide

Profa. Dra. Rosa Zuleide de Lima Brito
(Orientadora)

Josemar Elias da Silva Júnior
(Examinador)

Profa. Dra. Genoveva Batista do Nascimento
(Examinadora)

A SEGURANÇA DO TRABALHO NAS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS: A CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS CONDIÇÕES ADEQUADAS NO AMBIENTE DE TRABALHO

Josenildo do Nascimento Silva

RESUMO

Visando a busca pela segurança dos profissionais de arquivo, e demais que atuam no mesmo ambiente, o presente artigo tem por objetivo analisar a real situação dos arquivos públicos e privados, suas instalações, discorre também sobre as ameaças que podem ocorrer no transcorrer de suas atividades, a fim de saber se os profissionais estão tendo o conhecimento acerca das condições do seu ambiente de trabalho em relação a sua saúde e segurança. Para fomentar um ambiente de trabalho saudável e seguro, favorecendo assim, um ambiente confortável e de bem estar aos profissionais da área. Apresenta a análise da pesquisa, aplicada aos colaboradores e estagiários, acerca de seus conhecimentos sobre o tema. Avaliando a atuação e situação dos profissionais da área, no sentido de promover um ambiente adequado e seguro. Metodologicamente, a pesquisa de campo realizou-se através de visitas e diálogos com os colaboradores, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba - TCE, Unimed, Companhia de Desenvolvimento da Paraíba - CINEP, e aplicação de questionários a um representante de cada instituição. Os principais resultados apontam que existem deficiências sobre o conhecimento das normas e técnicas sobre Segurança e Saúde no ambiente de trabalho, na grande maioria não há uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPI, e outros equipamentos que contribuam para o desempenho seguro e eficaz de suas atividades. Conclui-se, com a percepção da falta de interesse de alguns profissionais da informação, no que tange a cobrança de melhorias, segurança, conforto, e equipamentos de proteção individual e isso impede que haja avanço nas melhorias que é preciso.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivologia. Segurança do trabalho/saúde. Arquivista.

1 INTRODUÇÃO

A formação acadêmica do curso de Arquivologia nos embasa sobre a origem desta ciência, seu desenvolvimento, conceitos, fundamentos, princípios, classificação e abrangência da área de aplicação. Para o aprimoramento desses estudos, há uma série de referências de renomados autores na área da Arquivologia e Ciência da Informação, como Jardim (1995) e Paes (2004).

Com o intuito de orientar os alunos e profissionais da área arquivística, essas disciplinas referem-se à formação profissional, legislação arquivística, planejamento, organização e gerenciamento de arquivos, conservação e preservação de acervos. Para os docentes, serve de conhecimento para que transfiram aos seus discentes e lhe garantem habilidades para os tornarem aptos para o desenvolvimento de suas atividades.

É indispensável para o estudante e futuro arquivista, o conhecimento sobre tais assuntos. São informações relevantes, e contribuem com um dos objetivos da Arquivologia que é disponibilizar o acesso à informação. Só é possível obter algum resultado, através da aplicação de métodos e técnicas arquivistas junto com informações e conhecimento quanto à conservação e preservação, contribuindo para a integridade dos documentos.

Na perspectiva da saúde dos trabalhadores, acidente de trabalho é quando o trabalhador tem sua saúde ameaçada através de um ocorrido ou de qualquer acidente. Causando a perda de algumas funções físicas ou biológicas, e quando mais grave, podendo levar o óbito.

A escolha do tema surgiu após observar através das práticas nos estágios realizados no TCE , Unimed Norte/Nordeste e CINEP. Por perceber a falta de atenção dos profissionais em questões referente à: segurança, saúde, riscos e a não utilização dos EPI (Equipamentos de Proteção Individual).

No transcorrer da formação arquivística, não se fala muito acerca da segurança do profissional quanto a sua função e desenvolvimento de atividades. O que faz com que tenhamos um pouco mais de atenção para esse tema e sua importância. Desenvolvendo estudos para melhorias dos ambientes

laboratoriais e melhor qualidade de vida, daqueles que ali desenvolvem suas funções.

Diante do exposto, despertou o interesse de realizar esse estudo para responder a seguinte questão: qual a importância da segurança do trabalho e saúde, para os arquivistas e profissionais que atuam em acervo?

Desta maneira, este artigo tem por objetivo geral, mostrar ao arquivista os riscos existentes no desenvolvimento de suas atividades no ambiente de atuação. Para isso, temos os seguintes objetivos específicos:

- Transmitir aos profissionais a importância sobre a Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho;
- Conscientizar os profissionais que atuam em arquivo, sobre o uso dos EPIs, individuais e coletivos;
- Ressaltar a importância sobre ter conhecimento sobre Segurança e Saúde no Ambiente de trabalho, a fim de contribuir para melhorias e segurança no desenvolvimento das atividades.

Este estudo permite a possibilidade de conhecimento aos profissionais que atuam em arquivo, sobre o assunto exposto, que irá contribuir com melhorias em seu ambiente de trabalho, assim como em sua segurança no desenvolvimento de suas atividades, resguardando-o a sua saúde mental e física.

2 ARQUIVOLOGIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A arquivologia é uma ciência que tem como objetivo, gerenciar todas as informações que devem ser registradas em documentos de arquivos. Para isso, faz o uso de normas, técnicas e os outros princípios que são aplicados nos processos de acesso e recuperação da informação.

Através da arquivologia, surge o profissional arquivista, responsável diretamente pela organização e controle da documentação. O profissional arquivista, é quem estabelece os planos de destinação, guarda, conservação e

seleção dos documentos, de uma determinada instituição, seja ela pública ou privada.

A história da arquivologia teve seu início, através do Curso Técnico de Arquivologia criado em 1922, pelo Arquivo Nacional. Portanto, a sua nomenclatura foi alterada por meio de regulamentação, passando a ser conhecido como Curso Permanente de Arquivos.

O Conselho Federal de Educação (CFE), através do Parecer 212, de 07 de março de 1972, autorizou a criação de cursos de arquivologia em nível superior. A associação dos Arquivos Brasileiros (AAB) encaminhou ao CFE, através de recomendação do I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), projeto de currículo mínimo (BOTTINO, 1994). Logo, em 1973, o Ministério da Educação (MEC) passa a assegurar o curso de nível médio universitário, com exigências técnicas para a formação do profissional.

Para Rondinelli (2011, p.123):

No final do século XVIII começaram a surgir cursos de formação de arquivistas em universidades. O primeiro deles aconteceu na Universidade de Bolonha, em 1770, e abrangia conhecimentos de cronologia, diplomática e práticas de arranjo e descrição. No século seguinte, em 1811, foi criada, em Nápoles, a primeira escola de fato de Arquivologia.

2.1 ARQUIVOS

Para que possamos compreender a realidade dos arquivos no Brasil, é necessário analisar a notabilidade que estas instituições possuem sob três importantes aspectos: o Governo, a sociedade e os profissionais da área arquivística. É necessário o exato entendimento das atividades arquivísticas por estes três pontos de vista, sobre a importância, a necessidade destes locais, a quem se destina e o trabalho realizado pelas instituições custodiadoras de acervos documentais.

As culturas são diversas e variáveis, por permitirem diversas interpretações. “Abrangem um universo muito mais amplo, incluindo, por

exemplo, as atividades técnicas e administrativas” (LOPES, 2002, p. 177). Os arquivos se encaixam neste contexto, pois são possuidores dos documentos produzidos e recebidos pelas instituições, sejam as públicas ou privadas.

Há quem acredite que a cultura só faz parte das atividades das áreas da arte e da ciência. Porém, essa percepção errônea que a sociedade adquiriu, faz com que vejamos o seu afastamento e a ausência de cuidado pelas instituições custodiadoras de acervos documentais, mesmo elas realizando trabalhos que enfatizam a preservação do patrimônio documental.

As instituições responsáveis pelo tratamento arquivístico possuem muitos aspectos para serem melhorados e analisados de forma a assegurar que o seu trabalho seja desenvolvido de maneira eficiente e, assim, disponibilizar a informação conforme define a Lei 12.527. Com isso, para Jardim:

No tocante ao recolhimento dos documentos produzidos. pela administração pública, a atuação dos arquivos públicos têm-se caracterizado, de maneira geral, pela passividade. Deficiências quantitativas e qualitativas de recursos humanos, limitações de espaço físico, instalações físicas impróprias e a ausência de tecnologias adequadas favorecem este quadro. (JARDIM, 1995, p. 74)

Há uma deficiência pública e comunitária que pode ser observada através de visitas e pesquisas realizadas em arquivos da área pública e privada. Em sua maioria, os locais responsáveis pelo tratamento do acervo, são utilizados infelizmente, como depósitos de documentos, dividindo espaço com outros tipos de objetos, que não são só destinados à preservação da informação.

Há casos que os documentos estão localizados em garagens, cozinhas e até mesmo banheiros. Repetidamente, observa-se que a divisão do setor de tratamento documental com o setor de almoxarifado “[...] por vezes os acervos são vistos de modo muito similares aos depósitos de materiais em uso ou imprestáveis.” (LOPES, 2002, p. 179).

Em algumas situações, os arquivos e centros de documentação estão alocados em prédios antigos que carecem de cuidados essenciais à sua

estrutura, interna ou externa. Possuindo infiltrações, rachaduras em sua estrutura e não há medidas quanto ao controle dos agentes físicos (luminosidade, temperatura, umidade), agentes químicos (poeira) e agentes biológicos (micro-organismos, insetos e roedores). Não existem, portanto, os menores cuidados quanto à conservação e preservação do local, prejudicando assim, o acervo e os trabalhadores desses locais.

A desvalorização que se encontram os arquivos e centros documentais pelas instituições e sociedade reflete no desenvolvimento das atividades dos arquivistas e profissionais da área. Para Bacellar (2005), os arquivos enfrentam sérias dificuldades, por ter sido durante muito tempo tratados como depósitos de papéis velhos. Além disso, atribuídos a estes conceitos, a sociedade persiste em referir-se ao local do arquivo com a denominação “arquivo morto”.

2.2 ARQUIVO E A SUA IMPORTÂNCIA

Arquivo era conceituado como um depósito de documentos e papéis de qualquer espécie, tendo sempre relação com os direitos das instituições ou usuários. Desta forma surgiu a ideia de arquivo administrativo e arquivos históricos. Com isso,

Conjunto de documentos oficialmente produzidos e recebidos por um governo, uma organização ou firma do decorrer de suas atividades, arquivados e conservados por se seus sucessores para efeitos futuros. (SOUZA, 1950, apud, PAES, 2004, p.19).

Para Paes (2002), os arquivos podem ser classificados em públicos e privados. Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e/ou recebidos no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.

Arquivos públicos designam também as instituições arquivísticas governamentais incumbidas da gestão e do recolhimento dos documentos produzidos pelo Poder Público, bem como pela sua preservação permanente e

acesso. Exemplos: Arquivo Nacional, Arquivo Público do Distrito Federal, Arquivo do Estado da Paraíba, Arquivo Municipal de João Pessoa.

De acordo com o art. 11 da Lei 8.159, consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.

As informações contidas em documentos armazenados em um arquivo são de suma importância não só para o acervo, e sim para todos os que precisam obter informações nele existente. Focando na importância de um documento:

Verifica que o documento é um material que fica, que dura, e as informações contidas devem ser analisadas, entendidas e transmitidas, mostrando seu real significado. O documento não pode ser interpretado de qualquer forma, para que não haja o mau armazenamento e distorções de informações. Lee Goff (1996, p.103).

Sabendo que toda e qualquer informação, serve para o crescimento e memória de uma instituição, vale ressaltar que a documentação arquivística deve ser vista de maneira única e precisa, pois poderá contribuir muito para o desenvolvimento de uma instituição.

Independentemente da forma de armazenamento, (físico ou eletrônico) a documentação arquivística tem a mesma importância, pois independente do suporte, a informação será mantida da mesma forma, alterando assim apenas a forma do contato com o documento.

2.3 DOCUMENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Conforme a Resolução 20, de 16 de julho de 2004, do CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos, documento arquivístico é a informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida ou recebida no decorrer das atividades de uma instituição ou pessoa, dotada de organicidade, que possui elementos constitutivos suficientes para servir de prova dessas atividades.

Documento é o livro, a revista, o jornal, é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música, é também atualmente o filme, o disco e toda a parte documental que prece ou sucede a emissão radiofônica. Ao lado dos textos e imagens há objetos documentais por si mesmos. (OTLET, 1937).

Para Chagas (1994) o documento pode ser compreendido sob duas vias: a primeira remete à própria origem da palavra *docere*, “aquilo que ensina”, bem como, o documento se torna um instrumento a partir do qual algo pode ser ensinado a alguém. A segunda via refere-se ao entendimento de documento como “suporte de informação”, e que só pode ser considerado como tal se for interrogado. Assim, os documentos em sua origem são apenas coisas e objetos, pois, para serem vistos como documentos, precisam ser problematizados e questionados.

Durante bastante tempo, o entendimento sobre arquivo, biblioteca e museu era associado a um mesmo espaço físico, como a mesma finalidade, reservados em seus depósitos documentos de todos os tipos. Com o tempo, os fatores culturais e tecnológicos é que foram os desenvolvedores da definição de cada tipo de instituição. Paes (2006) fundamenta como sendo um fator predominante para esta mudança o surgimento da imprensa e a padronização da reprodução de obras literárias e informativas.

3 SAÚDE E SEGURANÇA

Condições de trabalho e saúde dos trabalhadores são de suma importância para objetivar em uma pesquisa, cujo objetivo é a segurança dos profissionais.

A Constituição Federativa de 1988 garante que o direito à saúde deverá ser garantido “Mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e do acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação [...]” (BRASIL, 1988).

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2014),

Entre junho de 2001 e outubro de 2014, os Auditores Fiscais do Trabalho fizeram 22.796 análises de acidentes e doenças do trabalho, visando identificar condições e fatores de risco que levam à ocorrência de agravos à saúde do trabalhador, bem como verificando a ocorrência de infrações às normas trabalhistas de proteção à segurança e saúde no trabalho.

No Brasil, por volta de 1974, iniciam-se os cursos de formação de profissionais de Segurança, Higiene e Medicina do trabalho. Sendo em 1978, criadas as Normas Regulamentadoras – NR's, aprovadas pela Portaria nº 3.214 de 08/06/78 do MTE, onde o intuito é ensinar o cumprimento da consolidação das Leis de Trabalho – CLT.

As NR's (Normas Regulamentadoras), relativas à segurança e saúde ocupacional, são de observância obrigatória para toda a empresa ou instituição que admitem empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Isso também inclui empresas privadas e públicas que tem funcionários também os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário que tem funcionários regidos pela CLT (NR1, 2006, p.3).

Em 08 de Julho de 1978, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com objetivo de padronizar, fiscalizar e fornecer orientações sobre procedimentos obrigatórios relacionados à segurança e à medicina do trabalho, aprovou 28 Normas Regulamentadoras (NRs), sendo hoje um total de 36, que tratam do assunto. Para melhor compreensão, segue a baixo as atuais normas regulamentadoras da Segurança e Medicina do Trabalho.

- Norma Regulamentadora N° 01 – Disposições Gerais;
- Norma Regulamentadora N° 02 – Inspeção Prévia;
- Norma Regulamentadora N° 03 – Embargo ou Interdição;
- Norma Regulamentadora N° 04 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT;
- Norma Regulamentadora N° 05 – NR-5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA;
- Norma Regulamentadora N° 06 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- Norma Regulamentadora N° 07 – Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;
- Norma Regulamentadora N° 08 – Edificações;
- Norma Regulamentadora N° 09 – Programas de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA;
- Norma Regulamentadora N° 10 – NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

- Norma Regulamentadora Nº 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;
- Norma Regulamentadora Nº 12 – NR-12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
- Norma Regulamentadora Nº 13 – NR-13 – Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulações;
- Norma Regulamentadora Nº 14 – Fornos;
- Norma Regulamentadora Nº 15 – Atividades e Operações Insalubres;
- Norma Regulamentadora Nº 16 – Atividades e Operações Perigosas;
- Norma Regulamentadora Nº 17 – Ergonomia;
- Norma Regulamentadora Nº 18 – NR-18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- Norma Regulamentadora Nº 19 – Explosivos;
- Norma Regulamentadora Nº 20 – NR-20 – Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis;
- Norma Regulamentadora Nº 21 – Trabalho a Céu Aberto;
- Norma Regulamentadora Nº 22 – Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração;
- Norma Regulamentadora Nº 23 – Proteção Contra Incêndios;
- Norma Regulamentadora Nº 24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho;
- Norma Regulamentadora Nº 25 – Resíduos Industriais;
- Norma Regulamentadora Nº 26 – Sinalização de Segurança;
- Norma Regulamentadora Nº 27 – (Revogada pela Portaria GM n.º 262, 29/05/2008) – Registro Profissional do Técnico de Segurança do Trabalho no MTB;
- Norma Regulamentadora Nº 28 – Fiscalização e Penalidades;
- Norma Regulamentadora Nº 29 – Segurança e Saúde no Trabalho Portuário;
- Norma Regulamentadora Nº 30 – Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário;
- Norma Regulamentadora Nº 31 – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura;
- Norma Regulamentadora Nº 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde
- Norma Regulamentadora Nº 33 – NR-33 – Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados;
- Norma Regulamentadora Nº 34 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval;
- Norma Regulamentadora Nº 35 – NR-35 – Trabalho em Altura;
- Norma Regulamentadora n.º 36 – Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados (MTE, 1978, p. 6-7).

Em suma, as normas regulamentadoras tem por finalidade, estabelecer procedimentos com objetivo de prevenir a integridade física do trabalhador, sua segurança no ambiente de trabalho e melhoria das condições do ambiente em todos os setores da instituição, tendo-se que ser colocado em prática para conseguir alcançar a prevenção dos acidentes.

Os EPIs foram criados para contribuir na segurança do trabalhador, de uso individual, atribuído a “proteção contra riscos capazes de ameaçar a segurança e saúde do trabalhador, de fabricação nacional ou estrangeira, esses materiais destinam-se a proteger a saúde e a integridade física do trabalhador” (MTE, 1978, p. 5).

A instituição tem a obrigação de dispor gratuitamente a seus trabalhadores, os EPIs, de acordo com a necessidade que cada um tem ao realizar suas funções, visto que cada um possui necessidades específicas de proteção, incluindo o arquivista e profissionais que atuem no arquivo, que precisam de materiais como luvas, jaleco, máscaras, óculos de proteção. Segundo Gonçalves (1988, p. 10-17), “os EPI”s não previnem acidentes de trabalho, entretanto, evitam e atenuam a gravidade das lesões. Procuram em primeiro lugar, atender a proteção coletiva devido a sua eficácia”.

Para melhor embasamento, Paes (2004, p. 43), aponta que:

Para o bom desempenho das funções dos profissionais de arquivo, são necessários, além de um perfeito conhecimento da organização da instituição em que se trabalha e do sistema de arquivamento, as seguintes características: saúde, habilidade em lidar com o público, espírito metódico, discernimento, paciência, imaginação, atenção, poder de análise e de crítica, poder de síntese, discrição, honestidade, espírito de equipe e entusiasmo pelo trabalho.

Para os profissionais de arquivo, a prática e eficácia de todas as normas e políticas de segurança do trabalho, realizadas de forma regular e correta, irão contribuir para sanar ou reduzir consideravelmente, o número de ocorrências de acidentes. Motivando o profissional para a realização de suas atividades, passando-o mais segurança. Além do mais, um profissional sem saúde, não consegue exercer suas atividades laborais de forma eficaz, assim, não satisfazendo o trabalhador nem a instituição.

4 A SEGURANÇA DO TRABALHO NAS PRÁTICAS LABORATÓRIAS DOS ARQUIVOS

No transcorrer das atividades arquivistas, um dos focos, é com relação aos procedimentos realizados, na administração dos documentos do acervo, os cuidados, higiene, manuseio, conservação e preservação, independente do seu suporte. Visando sempre, todos os cuidados de como devem ser administrados os documentos.

O Conarq disponibiliza uma publicação em seu site, com o intuito de orientar quanto à construção, adaptação e reforma de edifícios que estejam dentro das funções específicas de arquivos permanentes. Essa publicação, foi nomeada como “Recomendações para Construção de Arquivos”, traz para o leitor, informações necessárias para a construção dos prédios com a destinação de armazenar o acervo documental, deixando a desejar sobre conforto e bem estar do trabalhador.

Chiavenato (2001, p.348) define Segurança no Trabalho:

É o conjunto de medidas técnicas, educacionais, médicas e psicológicas, empregadas para prevenir acidentes, quer eliminando a condição insegura do ambiente quer instruindo ou convencendo as pessoas da implantação de práticas preventivas.

A Portaria no 3.214/78 do MTE, em sua NR nº 05, classifica os riscos no ambiente de trabalho como: riscos de acidentes, ergonômicos, físicos, químicos e biológicos. Riscos definidos pela legislação e há aqueles que acometem com maior frequência a saúde e a segurança dos trabalhadores nas instituições arquivísticas.

É importante enfatizar que a ocorrência dos riscos no local de trabalho somente existirá se não forem tomadas as medidas necessárias que visem à correta administração do ambiente, tais como o emprego dos Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC).

O profissional que atua em um arquivo tem que ter a consciência que ele também é responsável por sua segurança, através da utilização dos equipamentos, assumindo o risco que a não utilização dos mesmos, lhe deixará exposto ao risco de possíveis acidentes. Devido à exposição a diversos tipos de armazenamento de documentos, o profissional se expõe a fungos, micoses, ou qualquer outro tipo de doença, quando não utilizados todos os equipamentos necessários.

A profissão de arquivista necessita de cuidados que vão do uso dos EPIs até as todas às informações sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho. Incluindo os cuidados que devem ter quanto à preservação a saúde e segurança no desempenho de suas atividades.

Para o Ministério da Previdência Social (MPS, 2008, p.3):

O tema Saúde e Segurança no Trabalho (SST) ganha a cada dia maior visibilidade no cenário mundial, e o governo brasileiro se mobiliza para garantir um melhor ambiente de trabalho para os brasileiros, o Ministério da Previdência Social criou o Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional – DPSSO, voltado especialmente para o desenvolvimento de políticas públicas que aprimorem a segurança, saúde e qualidade de vida no trabalho.

Acidentes podem ocorrer a qualquer momento, quando expostos aos riscos diários na execução de suas atividades. Sejam eles físicos ou psíquicos, os riscos estão presentes desde a utilização de máquinas e equipamentos sem proteção, como a possibilidade de incêndios, armazenamento inadequado, como a guarda de caixas mal distribuídas de acordo com o peso dos documentos podem gerar um acidente na busca daquela caixa, ou no excesso de muitas assim, gerando a queda delas e ate mesmo do próprio armário, onde estão armazenadas. Para isso, hoje é possível ter acesso aos arquivos deslizantes, que nos traz um pouco mais de segurança, porém, é preciso de um investimento o qual nem todas as instituições pretendem fazer, e há as que aos poucos estão se adaptando a melhoria.

Os arquivos deslizantes não nos deixam imunes de acidentes, pois eles precisam de total atenção do profissional para manuseá-lo, que havendo a falta de atenção pode gerar acidentes, uma vez que, ele é automatizado, e ocorrendo isto, deixará propicio a uma abertura inesperada causando queda de caixas, e atingir alguém.

No site da Fundação Oswaldo Cruz, assegurada pela legislação brasileira, é possível ter o conhecimento dos cinco tipos de riscos que podem ocorrer em um ambiente de trabalho relacionado com as atividades que podem gerar alguns riscos.

5 OS TIPOS DE RISCOS NO AMBIENTE DE TRABALHO

Os riscos de acidentes se enquadram como quaisquer acontecimentos que há quando expõe o trabalhador a um estado que venha a lhe atrapalhar no desenvolvimento de suas atividades, como seu estado físico e psíquico.

Para Silva (2007), no ambiente arquivístico deve-se evitar trabalhar desacompanhado, pois caso ocorra algum acidente um dos profissionais poderá prestar socorro ao colega. Não sendo o caso da realidade de muitas das instituições, pois são poucos os ambientes que encontramos mais de um arquivista ou profissional no arquivo, até mesmo um auxiliar para contribuir no desenvolvimento das atividades e eventuais situações.

São quatro, os tipos de riscos de acidentes nos locais de trabalho: riscos ergonômicos, físicos, químicos e biológicos e cada um, apresenta suas características diferenciadas.

5.1 RISCOS ERGONÔMICOS

Qualquer fator que possa interferir nas características psicofisiológicas do trabalho, causando desconforto ou afetando sua saúde. São exemplos de risco ergonômico: o levantamento de peso, ritmo excessivo de trabalho, monotonia, repetitividade, postura inadequada de trabalho, etc.

Etimologicamente, a palavra ergonomia significa "ciência do trabalho" que consiste na análise de métodos à questão do trabalho. Para FIALHO (1997), "se destina a resgatar a dignidade dos seres humanos", já pela visão de FOUCOULT, "lo teu corpo se torna um corpo útil". O que objetiva a aproximação entre as vontades das pessoas e as do sistema, visando uma continuação produtiva (processar recursos para produzir bens e serviços).

As atividades diárias realizadas em condições adversas, com o passar do tempo, podem desenvolver o aparecimento de diversos problemas, podendo atingir a saúde física e mental do indivíduo, o que fazem com que as Unidades de Informação compreendam a relação entre as condições de trabalho e os reflexos que podem causar, podendo interferir no desenvolvimento das atividades a serem executadas.

A ergonomia, segundo a Associação de Ergonomistas de Língua Francesa - SELF (apud BARBOSA, 2000) é uma disciplina que agrega conhecimentos da fisiologia, da psicologia e das ciências conexas aplicadas ao trabalho humano, com vista a uma melhor adaptação dos métodos, dos meios e do ambiente de trabalho ao homem. (WISNER, 1987). A prática da ergonomia segundo Santos e Fialho (1995) consiste em emitir juízos de valor sobre o desempenho global de determinados sistemas homens(s) – tarefas(s).

5.2 RISCOS FÍSICOS

Consideram-se agentes de risco físico as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruído, calor, frio, pressão, umidade, radiações, ionizantes e não-ionizantes, vibração, etc. Todos encontrados em muitos dos ambientes de trabalho do profissional arquivista.

Dentro dos riscos físicos, os mais frequentes são os ruídos e com menor frequência, mas com mais especificações que expõem ao risco quando há descuidos, a umidade, as radiações ionizantes e não ionizante trazem riscos graves ao profissional, os riscos que se tornam mais comum estão relacionados ao calor, frio e umidade.

5.3 RISCOS QUÍMICOS

Consideram-se agentes químicos as substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo do trabalhador pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos, gases, neblinas, névoas ou vapores, ou que seja, pela natureza da atividade, de exposição, possam ter contato ou ser absorvido pelo organismo através da pele ou por ingestão.

Estes riscos são mais frequentes nos laboratórios de restauração e preservação, quando o profissional utiliza substâncias químicas na realização de suas atividades.

5.4 RISCOS BIOLÓGICOS

Consideram-se como agentes de risco biológico aqueles que incluem infecções agudas, como as bactérias, vírus, fungos, parasitas, entre outros. Quando o profissional entra em contato com esses, podendo causar problemas de saúdes tais como, alergias de pele, oculares, e respiratórias.

Os riscos biológicos ocorrem por meio de microrganismos que, em contato com o homem, provocam inúmeras doenças, muitas atividades profissionais favorecem o contato com tais riscos, e o caso das indústrias de alimentação, hospitais, limpeza pública (coleta de lixo), laboratórios, entre outras coisas (FIOCRUZ, 2009, p.1).

6 METODOLOGIA

Segundo Gil (2002, p. 43) metodologia é o “caminho para se chegar a determinado fim” ele descreve que a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Diante da abordagem teórica sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho, EPIs, e normas regulamentadoras, a abordagem empírica da pesquisa a caracteriza como uma pesquisa bibliográfica e de campo, descritiva e do tipo qualitativa.

A pesquisa de campo conforme Gil (2008) busca o aprofundamento de uma realidade específica. A pesquisa descritiva procura descrever as características do arquivo e seus usuários, como suas particularidades. A pesquisa passa a ser do tipo qualitativa, por objetivar na identificação e compreensão das necessidades do campo de pesquisa estudado.

Gil (2002, p. 61) declara:

A pesquisa bibliográfica é o meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema. Como trabalho científico original, constitui a pesquisa propriamente dita na área das ciências humanas. Como resumo de assunto, constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica. Os alunos de todos os 37 níveis acadêmicos devem, portanto, ser iniciados nos métodos e nas técnicas da pesquisa bibliográficas.

7 COLETA DE DADOS

Os campos de pesquisas foram o arquivo do TCE, Unimed Norte/Nordeste e CINEP, instituições públicas e privadas cujo tive a oportunidade de estagiar.

O instrumento de coleta de dados da pesquisa de campo foi um **questionário** aplicado a um sujeito que atua no arquivo, sendo um por instituição. Fora aplicado no dia 17 Abr 2017 via e-mail, momento em que obtive as informações para obtenção dos dados. O questionário foi aplicado a esses sujeitos, por eles terem o contato direto com o arquivo e estar fazendo parte dos processos documentais das instituições.

As questões desenvolvidas e aplicadas tiveram como objetivo, descobrir a concepção dos sujeitos participantes no que se refere à segurança e saúde do trabalho em arquivos. O processo de aplicação dos questionários foi via e-mail, com perguntas objetivas a fim de facilitar e se tornar mais rápida e objetiva as respostas, contribuindo com a aceitação de participação na pesquisa dos sujeitos participantes, deixando claro o objetivo da pesquisa e em que seria utilizada.

7.1 RESULTADOS OBTIDOS

Os sujeitos da pesquisa foram um estagiário e dois coordenadores de Arquivos, servidores concursados.

| SUJEITO DA PESQUISA | Quantidade de questionários aplicados | Quantidade de questões |
|---|---------------------------------------|------------------------|
| <ul style="list-style-type: none">• 01 Estagiário• 02 coordenadores de Arquivo | 03 | 10 |

Quadro1: dados da aplicação do questionário

Em contra partida existem nas instituições equipamentos de proteção individual, fato que não existe quando perguntado na existência de equipamentos de uso coletivo. Por razões desconhecidas foi detectada a

resistência ao não uso dos equipamentos de proteção onde seu uso acontece de forma casual.

Há uma preocupação também no tocante as estruturas físicas dos ambientes de trabalho, onde os mesmos dividem espaços com caixas de documentos, dificultando assim a acessibilidade, e uma qualidade de trabalho.

Conclui, que embora não existam campanhas de conscientização, por partes dos gestores, os colaboradores do setor de arquivo são parcialmente conhecedores das normas técnicas no ambiente de trabalho. Verificou se na pesquisa que os gestores não possuem devido cuidado e atenção na inclusão de políticas voltadas a promoção de saúde e segurança.

| QUESTÃO | SUJEITO A | SUJEITO B | SUJEITO C |
|----------------|------------------|------------------|------------------|
| 01 | Menos de 02 anos | Mais de 05 anos | Mais de 05 anos |
| 02 | Bom | Péssimo | Péssimo |
| 03 | Não | Não | Não |
| 04 | Sim | Sim | Sim |
| 05 | Não | Não | Não |
| 06 | Não | Não | Não |
| 07 | Às vezes | Às vezes | Às vezes |
| 08 | Não | Não | Não |
| 09 | Sim | Sim | Não |
| 10 | Não | Não | Não |

Quadro2: respostas da aplicação do questionário

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse estudo, permitiu concluir por meios da análise dos dados, que nas instituições cujos os questionários foram aplicados, os profissionais não tem conhecimento sobre o assunto aqui exposto, onde na sua maioria, há os EPIs, mas não utilizam com frequência.

Para que ocorra verdadeiramente de fato, uma alteração na nossa prática vivida atualmente é indispensável uma compreensão por parte de nós mesmos, profissionais da informação, aliado aos nossos gestores oferecendo um maior investimento nas instalações do ambiente de trabalho no tocante a importância do uso de equipamentos de proteção individual, seguida de uma política de maior visibilidade em conjunto com os gestores nos setores laboratoriais, desenvolvendo campanhas a fim de sensibilizar todos os envolvidos.

O exposto contribuiu para meu desenvolvimento científico/pesquisador, na fase de conclusão de curso, despertando o interesse de querer que os profissionais e instituições, invistam em segurança e saúde de seus colaboradores, o que irá trazer benefícios para os profissionais, para o Arquivo e para a instituição.

Contudo, percebi também a falta de interesse de alguns profissionais da informação, no que tange a cobrança de melhorias, segurança, conforto, e equipamentos de proteção individual e isso impede que haja avanço nas melhorias que é preciso.

**THE SECURITY OF WORK IN THE LABORATORY PRACTICES OF THE
ARCHIVOLOGY: THE CONSCIENTIZATION ON THE CONDITIONS
ADEQUATE IN THE WORK ENVIRONMENT.**

ABSTRACT

In order to analyze the real situation of public and private archives, its facilities, it also discusses the threats that may occur in the course of its activities , In order to know if the professionals are having knowledge about the conditions of their work environment in relation to their health and safety. To foster a healthy and safe work environment, thus favoring a comfortable and well-being environment for professionals in the area. It presents the analysis of the research, applied to the collaborators and trainees, about their knowledge on the subject. Evaluating the performance and situation of the professionals of the area, in the sense of promoting an adequate and safe environment. Methodologically, the field research was carried out through visits and dialogues with the collaborators, from the TCE (Paraíba State Court of Audit), Unimed, CINEP (Paraíba Development Company), and questionnaires to a representative of each institution. The main results indicate that there are deficiencies in the knowledge of safety and health standards and techniques in the work environment, in the majority of cases there is no use of PPE (Personal Protective Equipment) and other equipment that contributes to the safe and effective performance of Activities.

KEY WORDS: Archivology. Work safety / health. Archivist.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-79.

BOTTINO, Mariza. Panorama dos Cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pósgraduação. **Arquivo e Administração**, v. 15, n. 23, 1994, p. 12-18.

BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional: **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: Acesso em: 1º out. 2015.

CHAGAS, Mário. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da Documentação. **Caderno de museologia**, n. 2, 1994. P. 29-47.

_____, Ministério da Educação. **Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências**. Brasília: MEC, 1991.
Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 21 maio. 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Higiene e segurança do trabalho**. São Paulo, cap. V, p.441-447, 4ed. Atlas, 2001.

CONARQ. **Resolução nº20**, de 16 de julho de 2004. Acesso em: 05 maio. 2016.

FIALHO, Francisco. **Aspectos psicológicos do trabalho**. Florianópolis: EPS/UFSC, 1997.

FIOCRUZ. **Tipos de Riscos**. Rio de Janeiro, 2009 Disponível em: <
http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/lab_virtual/tipos_de_riscos.html>.
Acesso em: 31 maio 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ed, São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Edwar Abreu. **Segurança e medicina do trabalho em 1200 perguntas e respostas**. 2ed. Atual. e ampli. São Paulo: LTr, 1998.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil**. Niteroi: EDUFF, 1995.

Le Goff, J. **Documento e monumento in História e memória Trad.** Irene Ferreira et al. Campinas Editora da Unicamp 1996.

LOPES, Luís Carlos. **O lugar dos arquivos na cultura brasileira**. Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 31, p. 177-186, jan./jun. 2002.

Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria n.º 3.214, 08 de junho de 1978 —Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho**. Brasília: MTE, 1978.
Disponível em: <www.camara.gov.br>. Acesso em 09 maio. 2017.

OTLET, Paul. **Documentos e documentação**. Disponível em:<<http://www.conexaorio.com/bit/otlet/>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: Teoria e pratica**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV,2004.

RONDINELLI, Roseli Cury. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisão necessária**. 2011. 270f. Tese (Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: Niterói, 2011.

SCHELLENBERG, Theodore. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV,2006.

SILVA, Francelina Helena Alvarenga Lima e. **Segurança e saúde do profissional em conservação.** Rio de Janeiro: MAST, v.9, p. 163-174, 2007.

SILVA, Imaelly Batista dos Santos. **Arquivos institucionais e a importância da informação em saúde,** Archeion Online, 2015.

XARÃO, Daniele Rodrigues. **Saúde e Segurança em Acervos Documentais: a conscientização sobre as condições adequadas no ambiente de trabalho,** Porto Alegre, 2009.

APÊNDICE

APÊNDICE – Questionário

1 - Tempo de trabalho na instituição?

Menos de 2 anos Entre 2 – 5 anos Mais de 5 anos

2 - Como você classifica suas condições de trabalho?

Excelente Bom Ruim Péssimo

3 - A instituição que você trabalha já realizou algum tipo de campanha de conscientização em relação à saúde e segurança do trabalho?

Sim Não

4 - A instituição que você trabalha disponibiliza de EPIs individuais?

Sim Não Parcialmente

5 – A instituição oferece equipamentos de proteção coletiva?

Sim Não

A próxima questão, só responda caso a anterior seja positiva.

6 - Você é obrigado a utilizar os equipamentos de proteção?

Sim Não

7 - Você utiliza com frequência os equipamentos de proteção?

Sim Não As vezes

8 - O espaço utilizado é adequado para suportar os colaboradores e os documentos?

Sim Não

9 – Você reconhece as normas e técnicas que versa sobre o correto ambiente de trabalho?

Sim Não Parcialmente

10 – Você já foi acometido por alguma enfermidade causada pelo ambiente de trabalho?

Sim Não